Questões estruturais da Universidade e investigação

LUÍS MONIZ PEREIRA *

Portugal não se pode dar ao luxo de ter licenciaturas de cinco anos, por vezes seguidas de estágio profissional, e ainda de mestrados de dois anos. Comparativamente à Europa desenvolvida, demoramos mais a formar as pessoas. As licenciaturas devem ter quatro anos seguidas de estágio profissional.

OS PRINCIPAIS problemas do ensino e da investigação nas universidades resultam de políticas de navegação à vista dos governos de Cavaco Silva nestes sectores e, portanto, num acumular de questões que se tornaram estruturais, a saber:

1 – A falta de coordenação entre os ministérios da Educação, do Planeamento e da Indústria. Esta descoordenação está na origem do paradoxo da produção de centenas de novos doutores com bolsas dos programas CIENCIA/PRAXIS, que não encontram contratos de trabalho. Nem nas vultosas infra-estruturas criadas por esses programas, desaproveitando-as, nem no sistema educativo superior, rejuvenescendo-o, nem via uma política de integração de doutores na indústria. A solução passará pelo Conselho de Ministros para o Ensino, Investigação, Formação e Cultura assumir esse papel coordenador.

2 – A resistência interna à mudança na universidade de grande parte dos professores (que se opõem inclusive à carreira de investigação), aliada à inércia e vistas curtas dos órgãos de direcção eleitos: conselhos científicos, direcções de faculdade, reitorias e CRUP. A solução compreende um maior uso de vias alternativas institucionais de diálogo e representatividade através de outros órgãos, nomeadamente do Conselho Nacional de Ensino Superior e sobretudo do Conselho Nacional para a Ciência e Tecnologia. Este é hoje uma instituição parda, formada por burocratas por inerência, ao invés de conter pessoas cientificamente qualificadas capazes de se pronunciarem sobre as prioridades da política de ciência e tecnologia e sua ligação à educação.

3 – Não existem as condições de uma verdadeira autonomia universitária. Além disso, a autonomia tem de ser repartida no interior da universidade, descentralizando serviços, poder de decisão e responsabilidade nos departamentos. Tal contribuirá para a desburocratização e mobilização do empenho. A solução exige uma figura jurídica nova, misto de empresa pública com administração central, sem o que as universidades ficarão para sempre enredadas e prisioneiras da ineficácia da administração pública, nunca serão autónomas e não poderão ser verdadeiramente responsabilizadas. Cada universidade deverá poder definir o índice de alunos/profesosr que desejar. O Ministério da Educação só poderá impor rácios sobre os docentes que paga, mas a custos reais, e não, como acontece agora, impor também esses rácios sobre os docentes que a universidade deveria poder contratar na carreira docente com verbas próprias. Assiste-se à situação paradoxal de o PRODEP II se propor pagar o salário de docentes em doutoramento (com dispensa de serviço docente), mas a universidade não pode substituí-los com esse dinheiro. A universidade tem de poder fazer contratos com investigadores que ultrapassem a limitação dos contratos a termo certo. A legislação geral do trabalho põe obstáculos a isso, mas que seriam resolvidos com a noção de um investigador ser um agente administrativo para o qual, ao abrigo da autonomia universitária, o relógio só andaria enquanto tivesse um contrato, mas recomeçaria a contar, acumulando tempo de serviço, com o início de um contrato posterior.

4 – Falta de mobilidade docente, incestuosidade institucional, e falta de competição pessoal e interinstitucional pela excelência.

O actual sistema de concursos locais não serve para resolver tais questões. Deveria adoptar-se o modelo de um concurso nacional de abertura e escolha de professores por um júri internacional. Com a acrescida vantagem de vagas disponíveis não ficarem anos por abrir, do que resultam ineficiências e falta de renovação do sistema.

5 – Os recursos de todo o tipo têm de ser conhecidos com um ano de antecedência para a boa planificação, se evitarem ineficiências e desperdícios e o *ad hoc ismo*. Tal funcionará como um teste de Litmus quanto à reestruturação do sistema.

6 – Portugal não se pode dar ao luxo de ter licenciaturas de cinco anos, por vezes seguidas de estágio profissional, seguidas de mestrado de dois anos. Comparativamente à Europa desenvolvida, demoramos mais a formar as pessoas. As licenciaturas devem ter quatro anos, seguidas de estágio profissional, quando for caso disso. Os mestrados devem ter um ano lectivo, uns meses de tese e ser regra para uma boa colocação no mercado de trabalho. A escolaridade semanal por aluno ronda as 30 horas! Esta distorção resulta de que os professores pretendem ter muitas horas porque só por essa via obtêm assistentes. A carreira de investigação, e a existência de uma rubrica de salários nos projectos nacionais, aliada à possibilidade de contratação referida antes, permitia cortar este nó górdio. A escolaridade deve passar a menos de 20 horas, como no resto da Europa. É preciso então dar condições de trabalho fora da aula aos alunos: espaço, biblioteca, laboratórios. E os alunos precisam de tempo para a sua maturação e aprendizagem de vida pessoal.

7 – Os projectos de investigação de funcionamento nacional devem passar a ter uma rubrica de salários de forma a poderem contratar... investigadores. Nunca a tiveram! Permitia contratar os jovens doutorados que em grande número estamos a produzir, e empregá-los nas infra-estruturas recém-criadas, aproveitando o duplo investimento humano e material. Mas tal contratação implicaria que o contributo financeiro nacional para a ciência e tecnologia aumentasse de facto, pois tem diminuído; e obrigaria a ultrapassar a referida limitação a dois anos de contratos a termo certo, já que os projectos duram normalmente mais tempo.

8 – É preciso repor a situação de cooperação interinstitucional e interdisciplinar e dar um substracto institucional ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Para tal proponho:

– Usar a rede existente de centros CIENCIA/PRAXIS, ex-INIC, IPSFL, já avaliados positivamente, para reconhecer pelo MCT os melhores como «centros de estudos avançados (CEA)». Alguns centros de laboratórios do Estado poderiam vir a candidatar-se uma vez esclarecida a sua reestruturação.

A esse reconhecimento corresponde:

– Um nível de financiamento directo, mais favorável, plurianual, de todos os tipos, e, muito importante, com autonomia administrativa e financeira relativa a esse financiamento.

– Lugares para investigadores seniores de nomeada, com direito a recrutar investigadores jovens pós-*doc* de valor na carreira de investigação, em quadro da instituição dos CEA.

– Os lugares seniores são preenchidos por determinado tempo, após avaliação, por cedência da instituição de origem; o salário original é acrescido de uma bolsa de competência; tal introduzirá alguma justiça no sistema de C&T e mais motivação para competir.

– A instituição de origem pode preencher o lugar do sénior destacado, quiçá noutra categoria mas na mesma área disciplinar, o que contribuirá para reforçar essa zona de competência e tornar a operação atractiva para a instituição: o sénior permanece ligado à sua instituição com carga docente diminuída.

* *Professor catedrático. Presidente do Departamento de Informática da Universidade Nova de Lisboa.*

LIDO

Contam lendas, prenhes de simbolismo, que os ciganos nasceram pobres porque dormiam enquanto Deus repartia os bens terrenos, e foi assim que acabou concedendo-lhes o dom da música e a dança, fonte de alegria espiritual inesgotável: «Nunca serás rico, mas também não conhecerás a tristeza.» Também consta que os chamaram da Pérsia, onde a populaça era fértil em músicos para as suas festas, mas que, não sabendo aproveitar a terra e as reses que lhes doou o sultão, se viram expulsos e andaram errantes e nómadas a caminho do Ocidente. Histórias como essas, humanas e belas, envolvem a nova proposta do Centre d'Estudis i Recursos Culturals de la Diputacion, que pretende dar a conhecer, com carácter globalizante, a origem e natureza da cultura cigana numa crónica bela e amável para adultos e crianças. Na temporada de França, esta exposição itinerante (o ano que vem viajará a partir da Catalunha), adornada com selas novas de cigano antigo em torno de um fogo imaginário, acolhe alunos que entendem que «o roma» não é nenhum cultismo francês, mas o nome genérico que designa a aldeia cigana na sua própria língua, o romanó... «que vem do sânscrito e é a mãe do dialecto caló usado pelos ciganos nas nossas terras. Do Norte da Índia vieram para o Ocidente em fins do primeiro milénio. Sabem onde é a Índia, não é? Vinte dedos apontam sobre um mapa como a rota se bifurcou chegados os ciganos ao Irão: até Bizâncio e o Médio Oriente, e até ao Mediterrâneo através da Síria. «Era uma viagem seguindo o Sol.»

Maricel Chavarria
La Vanguardia

Falando de cultura cigana, não se fala de cultura da marginalização, mas da necessidade de romper preconceitos para com um povo demasiado desconhecido.

Idem, *ibidem*

Selecção de Guilherme de Melo